CLIPPING INTERNET

15/07/2022 ATÉ 15/07/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 AÇÕES TJMA
1.1 SITE O MARANHENSE..... 1
2 CNJ
2.1 SITE BARRA DO CORDA..... 2
2.2 SITE O MARANHENSE..... 3
3 DECISÕES
3.1 BLOG ANTÔNIO MARTINS..... 4
3.2 BLOG CARLINHOS FILHO..... 5
3.3 BLOG EDUARDO ERICEIRA..... 6
3.4 BLOG MATIAS MARINHO..... 7
3.5 BLOG RAIMUNDO GARRONE..... 8
3.6 BLOG THALES CASTRO..... 9
3.7 PORTAL DO MUNIM..... 10
3.8 SITE G7 MARANHÃO..... 11
4 INSTITUCIONAL
4.1 PORTAL GUARÁ.COM..... 12
4.2 SITE JORNAL PEQUENO..... 13
4.3 SITE O MARANHENSE..... 14
5 PRESIDÊNCIA
5.1 BLOG DO NETO FERREIRA..... 15
5.2 SITE O MARANHENSE..... 16
6 PROCESSO SELETIVO
6.1 DIFUSORA ON..... 17
7 UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO
7.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA..... 18
7.2 BLOG PÁGINA 2..... 19
7.3 SITE CNJ..... 20
7.4 SITE O MARANHENSE..... 21 22

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
15/07/2022 - BLOG ANTÔNIO MARTINS
POSITIVA
PGJ quer afastar e prender prefeito de Imperatriz

PGJ quer afastar e prender prefeito de Imperatriz

A Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão (PGJ) pede, em processo que tramita no Tribunal de Justiça do Maranhão, o afastamento e a prisão do prefeito de Imperatriz, Assis Ramos (União Brasil).

O caso é um desdobramento da Operação Impacto, desencadeada em março pela Polícia Civil, em parceria com o Ministério Público do Maranhão (MPMA).

As investigações apontaram para indícios de fraude em um contrato multimilionário na área de limpeza urbana da Prefeitura de Imperatriz.

Segundo o MP, um grupo criminoso teria atuado para direcionar, em favor da Sellix Ambiental, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de doze meses.

O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Em virtude das investigações, Assis Ramos chegou a exonerar os quatro servidores que foram apontados como integrantes da organização criminosa.

Entre os quatro servidores investigados estavam os então titulares das pastas de Infraestrutura e Limpeza Pública, Zigomar Filho e Alan Jhones – este último chegou a ser preso na operação.

Na ocasião, o prefeito de Imperatriz disse que “são secretarias que não podem ficar sem titulares, por conta desse momento que estamos vivendo com as chuvas intensas. A administração não pode parar”.

Bomba: Tribunal de Justiça volta a afastar vereador Toin do Murrão de São José dos Basílios

por Carlinhos do Blog7/14/2022 05:36:00 PM
Toin do Murrão tem confirmado o mandato cassado pelo TJ/MA

Toin do Murrão gravou e divulgou um vídeo agressivo contra a colega vereadora, Antônia do Wilson. A maioria dos colegas parlamentares aprovou a perda do mandato dele por falta de decoro parlamenta; depois de 8 meses, ele conseguiu retornar ao cargo, mas hoje foi noticiado que mais uma vez, Toin do Murrão deixou de ser vereador de São José dos Basilios.

Entenda

Em julho de 2021, foi aberto o Processo Administrativo N. 01/2021, na Câmara Municipal de São José dos Basílios que teve como denunciante a vereadora Antônia Nunes de Sousa, mais conhecida como "Antônia do Wilson", em desfavor do Vereador Antônio Elis, o popular "Toin do Murrão," por quebra de decoro parlamentar. Toin do Murrão gravou e divulgou um vídeo de sua residência atingindo a vereadora Antônia do Wilson. O processo seguiu normalmente em sua legalidade, culminando no final na cassação do mandato do Vereador Toin do Murrão.

O vereador cassado ainda tentou um Mandado de Segurança para preservar o mandato, porém, o mesmo foi negado pela Comarca de Joselandia. Passados 8 meses fora do mandato, Toin do Murrão, em abril deste ano conseguiu uma liminar no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, para reingressar ao cargo de vereador.

As últimas informações sobre este caso da Câmara de São José dos Basilios que no dia 12/07/2022, foi julgado o mérito, e a Segunda Câmara Cível do TJ/MA, "julgou pelo não conhecimento do recurso de agravo de instrumento impetrado pelo vereador cassado, situação que o coloca novamente fora do cargo e torna a valer a decisão da Câmara Municipal de São José dos Basílios, onde cassou seu mandato.

A Câmara Municipal de São José dos Basilios fica agora esperando a intimação da decisão do TJ/MA para dar posse do vereador Marlon Alves de Brito, suplente de vereador e futuro titular do cargo.

Vereador Suplente Marlon Brito, do Povoado Santana

Aguarde mais informações.

Veja a decisão do TJ/MA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA
15/07/2022 - BLOG DO NETO FERREIRA
POSITIVA
Prefeito Zezildo prestigia posse de Danilo Castro como novo Procurador de Justiça do MA

Prefeito Zezildo prestigia posse de Danilo Castro como novo Procurador de Justiça do MA

15/07/2022 19h00COMENTE

O prefeito de Santa Helena, Zezildo Almeida, prestigiou a sessão solene de posse de Danilo Castro como novo Procurador de Justiça do Estado do Maranhão.

O gestor público aproveitou o momento para felicitar o procurador e desejar sucesso. “Registro os meus parabéns ao Danilo, que é natural de Santa Helena, por sua brilhante atuação e importante serviço público já prestado. Desejo também mais sucesso em sua caminhada pública a serviço dos interesses da sociedade e em defesa da justiça e dos direitos dos cidadãos maranhenses”, enfatizou.

Danilo José de Castro Ferreira, que tem 30 anos de Ministério Público, irá assumiu a 22ª Procuradoria de Justiça Cível, com atuação junto à 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
15/07/2022 - BLOG EDUARDO ERICEIRA
POSITIVA
Tramita no TJMA processo que pede o afastamento e prisão do prefeito de Imperatriz

Tramita no TJMA processo que pede o afastamento e prisão do prefeito de Imperatriz

Tramita no Tribunal de Justiça do Maranhão um processo da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão (PGJ) que pede o afastamento e a prisão do prefeito de Imperatriz, Assis Ramos (União Brasil).

O pedido é decorrente da Operação Impacto, deflagrada no mês de março pela Polícia Civil do Maranhão, junto ao Ministério Público, que investiga indícios de fraude em um contrato na área de limpeza urbana da Prefeitura de Imperatriz.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de 12 meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados em Imperatriz, Rio de Janeiro e São Miguel, assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

À época da operação, o prefeito Assis Ramos chegou a exonerar os quatro servidores apontados como integrantes da organização criminosa, entre eles o secretário de Infraestrutura e Limpeza Pública, Zigomar Filho e Alan Jhones, que foi um dos alvos presos durante a “Impacto”.

Maranhão é primeiro a aderir a iniciativa nacional contra superlotação em presídios nessa segunda, 18

Judiciário e parceiros assinam Termo de Cooperação da Central de Regulação de Vagas do Maranhão na segunda-feira, 18

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o Poder Executivo do Maranhão e a Escola Superior de Magistratura do Maranhão (ESMAM) assinam nessa segunda-feira (18) Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a criação da primeira Central de Regulação de Vagas no Brasil. A cerimônia será realizada na Sala das Sessões Plenárias do TJMA (Praça D. Pedro II, s/n – Centro – São Luís/MA) a partir das 10h e será transmitida ao vivo pelo canal do TJMA no Youtube.
A metodologia da Central de Regulação de Vagas, desenvolvida desde 2019, parte de boas práticas nacionais e internacionais para que o Judiciário tenha mais elementos ao decidir casos que envolvem fluxos de pessoas encarceradas, reduzindo a superlotação de forma definitiva e equilibrando gastos públicos com o sistema prisional. A assinatura do termo dará seguimento a diálogos em andamento com o CNJ desde o final de 2020 para que a implantação da Central maranhense esteja alinhada às necessidades locais.

A ação se insere no contexto de iniciativas que vêm sendo empreendidas pelos poderes públicos locais para responder aos episódios ocorridos no Complexo de Pedrinhas que resultaram em determinações expedidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. O CNJ trabalha a proposta da Central de Regulação de Vagas com os atores locais com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio do programa Fazendo Justiça.

Ainda na segunda-feira (18), no período da tarde, o tema da ocupação de vagas volta a ser tratado na solenidade para implantação da Central de Vagas no Socioeducativo do Maranhão, assim como da metodologia das Audiências Concentradas. A solenidade ocorre no Salão Nobre do TJMA, a partir das 16h, com representantes do CNJ, do TJMA e do Executivo local por meio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular.

As duas ferramentas difundidas pelo CNJ com apoio do Fazendo Justiça já estão em diversas unidades da federação para superar desafios envolvendo adolescentes autores de atos infracionais.

A primeira evita ocupação excessiva das unidades de internação, dando cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal no HC coletivo 143988. Já as audiências concentradas otimizam a participação dos poderes públicos e de pessoas próximas aos adolescentes no momento de avaliação do cumprimento da medida socioeducativa para entender se ela ainda é necessária ou se já cumpriu seu objetivo.

PGJ pede afastamento e prisão imediata do prefeito Assis Ramos, o verdadeiro amigo de Weverton Rocha

14 de julho de 2022 Por Matias Marinho

O prefeito de Imperatriz, Assis Ramos (União Brasil), principal aliado do senador Weverton Rocha (PDT) teve contra ele um pedido de prisão preventiva e o afastamento do cargo sob acusação de liderar uma organização criminosa constituída na Administração Municipal de Imperatriz, a partir de 2017.

O pedido é da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão após revelar que Assis ramos teria causado um prejuízo de mais nove milhões de reais ao erário municipal, podendo ser ainda maior, pois encontra-se em apuração.

A organização criminosa era formada por diversos servidores públicos, terceiros particulares (representantes da empresa). A investigação começou por denúncias de que máquinas e funcionários da SELLIX AMBIENTAL – contratada pelo município para prestação de serviço de limpeza pública – estavam sendo desviados e utilizados em obras na propriedade privada Alan Johnes, então Superintendente de Limpeza Pública e fiscal do contrato da empresa SELLIX. Por decisão judicial no curso da investigação, esse acusado foi afastado do cargo e encontra-se preso.

Apurou-se que a empresa SELLIX foi contratada mediante licitação fraudulenta realizada pela Secretaria de Infraestrutura, sob a direção de Francisco Pinheiro e com a cooperação e coordenação de diversos funcionários públicos (Superintendente da Limpeza, Procurador-Geral do Município, assessora de projetos da Sinfra, fiscais de contrato, entre outros), que atuaram tanto no processo licitatório quanto na execução contratual.

No curso da licitação, a empresa SELLIX chegou a ser inabilitada, por não atender os requisitos do edital. No entanto, uma manobra do grupo criminoso, reverteu a situação: o acusado Rodrigo do Carmo, Procurador Geral do Município, excedendo suas funções, assinou um parecer pela habilitação da SELLIX e inabilitação da empresa concorrente.

Anote-se que a intermediação entre o núcleo administrativo e o núcleo empresarial – formado pelos denunciados Marcus Aurellius e Alexander Vieira, representantes da empresa – foi feita pelo advogado e sobrinho do Secretário de Infraestrutura, José Fernandes, que recebeu quantias exorbitantes oriundas de empresas integrantes do Grupo Prizma, do qual a SELLIX faz parte, em período contemporâneo às mudanças que passaram a beneficiá-la no procedimento licitatório.

Durante a execução contratual, descobriu-se que o esquema criminoso funcionava da seguinte forma: a empresa SELLIX apresentava medições que não correspondiam à realidade, com indicação de serviço superior ao efetivamente realizado, permitindo o pagamento maior, autorizado pelo Secretário de Infraestrutura.

Toda a atividade do grupo criminoso era coordenada por Assis Ramos, que exercia verdadeiro poder de decisão quanto aos pagamentos realizados, valores, concordância com as medições apresentadas pela empresa SELLIX.

Além disso, o ciente de todas as ilicitudes narradas na denúncia, desde a fase interna da licitação, até a execução contratual, o que pode ser confirmado, a partir das inúmeras reuniões realizadas com os representantes da SELLIX, Secretário de Infraestrutura e Superintendente de Limpeza, registradas na agenda oficial do prefeito, publicada no site da Prefeitura.

Assim, 11 pessoas foram denunciadas pelos crimes de organização criminosa, fraude à licitação, peculato e falsidade ideológica.

O caso está no TJ-MA no gabinete do desembargador Francisco Ronaldo Maciel Oliveira.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO
15/07/2022 - BLOG PÁGINA 2
POSITIVA
Maranhão é primeiro a aderir a iniciativa nacional contra superlotação em presídios nessa segunda, 18

JUSTIÇA
Maranhão é primeiro a aderir a iniciativa nacional contra superlotação em presídios nessa segunda, 18

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o Poder Executivo do Maranhão e a Escola Superior de Magistratura do Maranhão... [...]

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o Poder Executivo do Maranhão e a Escola Superior de Magistratura do Maranhão (ESMAM) assinam nessa segunda-feira (18) Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a criação da primeira Central de Regulação de Vagas no Brasil. A cerimônia será realizada na Sala das Sessões Plenárias do TJMA (Praça D. Pedro II, s/n – Centro – São Luís/MA) a partir das 10h e será transmitida ao vivo pelo canal do TJMA no Youtube.

A metodologia da Central de Regulação de Vagas, desenvolvida desde 2019, parte de boas práticas nacionais e internacionais para que o Judiciário tenha mais elementos ao decidir casos que envolvem fluxos de pessoas encarceradas, reduzindo a superlotação de forma definitiva e equilibrando gastos públicos com o sistema prisional. A assinatura do termo dará seguimento a diálogos em andamento com o CNJ desde o final de 2020 para que a implantação da Central maranhense esteja alinhada às necessidades locais.

A ação se insere no contexto de iniciativas que vêm sendo empreendidas pelos poderes públicos locais para responder aos episódios ocorridos no Complexo de Pedrinhas que resultaram em determinações expedidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. O CNJ trabalha a proposta da Central de Regulação de Vagas com os atores locais com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio do programa Fazendo Justiça.

Ainda na segunda-feira (18), no período da tarde, o tema da ocupação de vagas volta a ser tratado na solenidade para implantação da Central de Vagas no Socioeducativo do Maranhão, assim como da metodologia das Audiências Concentradas. A solenidade ocorre no Salão Nobre do TJMA, a partir das 16h, com representantes do CNJ, do TJMA e do Executivo local por meio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular.

As duas ferramentas difundidas pelo CNJ com apoio do Fazendo Justiça já estão em diversas unidades da federação para superar desafios envolvendo adolescentes autores de atos infracionais.

A primeira evita ocupação excessiva das unidades de internação, dando cumprimento à decisão do Supremo

Tribunal Federal no HC coletivo 143988. Já as audiências concentradas otimizam a participação dos poderes públicos e de pessoas próximas aos adolescentes no momento de avaliação do cumprimento da medida socioeducativa para entender se ela ainda é necessária ou se já cumpriu seu objetivo.

Padrinho oculto: Assis Ramos assina emenda de R$ 7,5 milhões no orçamento secreto para Imperatriz

15/07/2022 08:26:35

Com pedido de prisão por suspeita de participar de esquema que desviou R$ 9 milhões do município, o prefeito Assis Ramos assina emenda ao orçamento secreto em destinando R$ 7,5 milhões para Imperatriz, município que ele próprio administra.

A denúncia da Procuradoria-Geral de Justiça em trâmite no TJ/MA envolve fraude em licitação milionária na contratação de empresa responsável por recolher o lixo da cidade. Os 7,5 milhões do orçamento secreto já liberados por Bolsonaro é para pavimentação de vias públicas.

A emenda 46815 assinada por Assis consta do Relatório de Indicação para Execução Orçamentária em RP9 - LOA 2022. Na condição de usuário externo, prefeitos, governadores, entidades, qualquer cidadão pode propor uma emenda ao secretão, desde que apadrinhado por deputado ou senador nas boas graças e piadas de mal gosto do presidente Bolsonaro.

A RI não especifica quais os bairros de Imperatriz serão beneficiados. Mas os recursos e a contratação da obra é por conta da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), estatal parte do organograma do Ministério de Desenvolvimento Regional que possui um histórico nada alentador na região sul do Maranhão.

Avenida Manoel Ribeiro em Imperatriz: exemplo de obra da Codevasf

Sob o comando do centrão é pela Codevasf que escoam as verbas do orçamento secreto. O diretor da Área de Desenvolvimento e Infraestrutura da estatal Antônio Rosendo Neto Júnior é indicação do senador Roberto Rocha (PTB), pré-candidato à reeleição com apoio do prefeito beneficiado com a própria emenda.

Série de reportagens publicada pelos jornais Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo revelam compra de tratores superfaturados e prestações de serviços de pavimentação deixados pelo meio do caminho. No mês passado, o próprio Bolsonaro - o negócio tá feio - suspendeu R$ 200 milhões em obras de empreiteira contratada pela Codevasf.

Em abril, a Folha revelou que as obras da Ceasa (central de distribuição de alimentos) e do camelódromo em Imperatriz são dois elefantes brancos, patrocinados com emendas do senador Rocha e executados pela estatal.
Além de Assis, o blog conseguiu identificar Fernando Pessoa de Tuntum e Luciana Trinta de Araioses; outros dois prefeitos que apoiam à reeleição do senador e a eleição de Weverton Rocha ao governo do estado. Pessoa e Trinta também tiveram o privilégio de aviar emendas do orçamento secreto aos municípios que administram.

Prefeito de Imperatriz representa o PGJ Eduardo Nicolau e o acusa de abuso de poder e perseguição política

14 de julho de 2022 at 14:48

Em representação protocolada na 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, que tem como titular a Desembargadora Nelma Sarney, o prefeito de Imperatriz, Assis Ramos, alega que, desde que o Procurador Geral de Justiça, Eduardo Nicolau, indicado pelo então governador Flávio Dino, assumiu a chefia do MPMA, as vésperas das eleições municipais de 2018, o mesmo passou a ter contra si um verdadeiro perseguidor político.

Segundo o chefe do executivo imperatrizense, desde então escândalos de uso do MPMA contra adversários políticos daqueles que não rezam na cartilha do grupo do ex-governador são rotineiros.

“Desde Ações de Improbidade contrárias à Súmula Vinculante do STF até Invasão em propriedade sem ordem judicial”, diz.

Também alega Assis Ramos que Eduardo Nicolau ofereceu denúncia penal contra ele sem que esta denúncia tenha sido antecedida de ordem do TJMA para que, como prefeito, fosse investigado sobre os fatos nela narrados.

Recentemente, segundo o prefeito, as perseguições se acirraram depois de sua decisão em apoiar o grupo político do senador Weverton Rocha na eleição que se aproxima.

Em um trecho da representação, Assis acusa Eduardo Nicolau de atuar de forma diferente em acusação de nepotismo quando se refere ao atual governador Carlos Brandão:

“Agora, em 2022, o Sr. Flávio Dino entregou o cargo de governador para disputar eleição para o senado e quem assumiu foi o Sr. Carlos Brandão, o qual há pouco reconduziu o representado ao cargo de chefe do Ministério Público do Estado do Maranhão e a quem o PGJ denomina como “amigo” em suas postagens em redes sociais. Um dos primeiros atos do agora governador foi nomear seu sobrinho para cargo político. Assim, o MPMA, com base na ação de improbidade movida contra o prefeito de Imperatriz por Nepotismo também deveria ingressar com a mesma ação contra o governador, ainda mais porque a Promotora, que é chefe do combate à corrupção do MPMA, é exatamente a mesma que ingressou com a ação contra o representante, porém o MPMA, comandado pelo representado, se posiciona e diz que não se trata de improbidade à luz da súmula vinculante nº 13 do STF o ato do chefe do executivo nomear parentes até 3º grau para cargos políticos. Ora, veja só, contra o prefeito adversário do grupo político de Flávio Dino, que escolheu o representado para chefe do MPMA, o fato de nomear parentes para cargos políticos é Improbidade, mas para o grupo do governador não é. Observe que a promotora que assinou a ação contra o prefeito foi promovida pelo representado ao cargo de chefe de combate à corrupção no Estado, assim o posicionamento da instituição deve ser imutável, porém, diante do grupo político que conduziu e depois reconduziu o Procurador Geral de Justiça do Estado ao cargo de chefe do MPMA e que queria a derrota de Assis Ramos nas urnas a decisão é outra, a de que o ato não é improbidade. Aí está a prova de que o representante tem sido perseguido pelo representado”, comentou.

Veja a decisão aqui.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PROCESSO SELETIVO
15/07/2022 - DIFUSORA ON
POSITIVA
Primeira etapa do concurso de juiz do TJMA acontece neste domingo

Maranhão
Primeira etapa do concurso de juiz do TJMA acontece neste domingo

As provas serão realizadas na Universidade Ceuma do bairro Renascença

Por Assessoria
Publicado em 15 de julho de 2022 às 16:32
...
A primeira etapa do concurso público para o provimento de vagas e a formação de cadastro de reserva no cargo de juiz substituto de entrância inicial do Poder Judiciário do Maranhão, será realizada neste domingo (17/7), na Universidade Ceuma, Campus Renascença, localizado na rua Josué Montello, nº. 1, Renascença II, em São Luís (MA).

As salas de aplicação da prova objetiva seletiva estão disponíveis para consulta, no endereço eletrônico: http://www.cebraspe.org.br/concursos/tj_ma_22_juiz, conforme o Edital nº. 122/2022, publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Para isso, o candidato ou candidata deverá, obrigatoriamente, acessar o endereço eletrônico, por meio de consulta individual, devendo, para tanto, informar os dados solicitados. O candidato ou candidata somente poderá realizar a prova no local designado.

A prova objetiva seletiva terá a duração de 5 horas e será aplicada às 13h (horário local) do dia 17 de julho de 2022. O candidato ou candidata deverá comparecer ao local designado para a realização da prova com antecedência mínima de uma hora, munido de caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente, do comprovante de inscrição e do documento de identidade original, sendo vedada a apresentação de documento de identificação digital.

DECISÃO CNJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) emitiu decisão, nessa quinta-feira (14/7), sobre o pedido de Procedimento de Controle Administrativo, formulado por candidatos e candidatas do concurso público para o cargo de juiz do TJMA. Na decisão, o CNJ garantiu a legalidade do concurso público e verificou a inexistência de erro no sistema de inscrições.

Os candidatos entraram com a ação no CNJ para pedir a suspensão do referido concurso público, bem como para solicitar a reabertura do prazo para inscrições preliminares, alegando irregularidades no ato de inscrição.

Em resposta, a Comissão de Concurso do TJMA informou que foram realizadas revisões dos documentos de todos os candidatos e candidatas que tiveram as inscrições indeferidas, e não somente aqueles que recorreram, tendo em vista o princípio da isonomia.

A Comissão de Concurso declarou, ainda, que os recursos foram analisados inicialmente pela banca do

Cebraspe e, em seguida, submetidos à homologação da Comissão, que revisou individualmente todos os casos.

Acesse (abaixo) o Edital do TJMA e a Decisão do CNJ:

Tramita no TJMA processo que pede o afastamento e prisão do prefeito de Imperatriz

POR PORTAL DO MUNIM · 15/07/2022

Prefeito de Imperatriz, Assis Ramos (União Brasil).

IMPERATRIZ/MA – Tramita no Tribunal de Justiça do Maranhão um processo da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão (PGJ) que pede o afastamento e a prisão do prefeito de Imperatriz, Assis Ramos (União Brasil).

O pedido é decorrente da Operação Impacto, deflagrada no mês de março pela Polícia Civil do Maranhão, junto ao Ministério Público, que investiga indícios de fraude em um contrato na área de limpeza urbana da Prefeitura de Imperatriz.

No curso da investigação, foram colhidos indícios de que um grupo criminoso organizado atuou para direcionar, em favor de uma empresa, a Concorrência Pública 003/2017-SINFRA (processo licitatório 22.01.027/2017-SINFRA), destinado a contratação de firma especializada em limpeza pública urbana pelo prazo de 12 meses. O processo efetivamente resultou na contratação, em maio de 2018, da empresa investigada, pelo valor de R$ 25.968.018,96. O valor foi elevado ao total de R$ 58.183.579,48 depois de dois aditivos que estenderam o contrato até março de 2021.

Além de uma prisão preventiva, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão, em endereços vinculados aos investigados em Imperatriz, Rio de Janeiro e São Miguel, assim como na sede da empresa e em algumas Secretarias Municipais de Imperatriz, com o objetivo de coletar elementos documentais probatórios.

À época da operação, o prefeito Assis Ramos chegou a exonerar os quatro servidores apontados como integrantes da organização criminosa, entre eles o secretário de Infraestrutura e Limpeza Pública, Zigomar Filho e Alan Jhones, que foi um dos alvos presos durante a “Impacto”.

O Informante tentou contato com o prefeito Assis Ramos, e aguarda um posicionamento sobre o pedido da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão. (Do Informante)

Outro lado

O prefeito de Imperatriz, Assis Ramos, diz que a denúncia tem motivação política orquestrada por seus adversários.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - INSTITUCIONAL
15/07/2022 - PORTAL GUARÁ.COM
POSITIVA
TJMA destina 5% das vagas terceirizadas para mulheres vítimas de violência

TJMA destina 5% das vagas terceirizadas para mulheres vítimas de violência

Contratos firmados entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e empresas terceirizadas prestadoras de serviço com fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva e de execução de obras de engenharia devem destinar 5% das vagas para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. A determinação foi disciplinada no Ato da Presidência nº. 482022, assinado nessa quarta-feira (13/7).

Com a exigência, o TJMA visa oferecer condições necessárias para reintegrar à sociedade as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. O ato considera o que está disposto na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, que determina que nos editais com objeto de licitações, um percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica.

Segundo o documento, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher/TJMA) ficará responsável pela triagem e indicação das mulheres às vagas ofertadas, em consonância com os critérios apontados pelas empresas contratantes.

De acordo com o normativo, em caso de descumprimento, fica instituída a aplicação de sanção administrativa e multa diária de 0,2% do valor do contrato, em período não superior a 10 (dez) dias. Em não havendo adequação no prazo de 60 dias, a administração providenciará a rescisão contratual, com a aplicação de multa por inexecução total do contrato, sem prejuízo da aplicação de demais sanções previstas no contrato.

Na hipótese de indisponibilidade de mão de obra qualificada para as atividades laborais requeridas pela empresa terceirizada, a Cemulher certificará a impossibilidade de cumprimento do normativo, no que diz respeito à contratação dessas mulheres.

comunicação & informação
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CNJ
15/07/2022 - SITE BARRA DO CORDA
POSITIVA
CGJ efetiva recomendação do CNJ sobre acesso à Justiça

CGJ efetiva recomendação do CNJ sobre acesso à Justiça

Ribamar Guimarães by Ribamar Guimarães 15 de julho de 2022 in Direitos, Geral 3 min read
CGJ efetiva recomendação do CNJ sobre acesso à Justiça
À distância, pelo simples clique do mouse, é possível acessar, acompanhar o processo e participar de audiências realizadas pelo Poder Judiciário do Maranhão. O projeto "Justiça de Todos", implementado pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ/MA), avança com a instalação de salas de videoconferência em cidades que não são sede de comarcas e não possuíam infraestrutura para que o cidadão e cidadã acessassem o Judiciário.

A iniciativa, lançada no último dia 10 de maio, instalou as primeiras salas nos termos judiciários de Davinópolis e Governador Edison Lobão, pertencentes à Comarca de Imperatriz, a segunda maior do Estado. Em 90 dias, o Justiça de Todos da Corregedoria do Maranhão já alcançou 5 cidades num total de 82 mil pessoas, que antes necessitavam se deslocar por longas distâncias por meio rodoviário e/ou aquaviário, para ter acesso à Justiça.

Agora, com o advento do projeto, o jurisdicionado tem a garantia de participação em audiências por videoconferência diretamente do local que reside, evitando possíveis remarcações, possibilitando que os atos processuais sejam realizados de forma a reduzir tempo de duração do processo. A plataforma pode ser utilizada por todos os órgãos que integram o Sistema de Justiça: Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil e Defensoria Pública Estadual.

Para instalação das salas, que também garantem atendimento do Balcão Virtual do Poder Judiciário do Maranhão, é firmada uma parceria por meio de cooperação com o Poder Executivo dos municípios, que cedem o espaço físico, internet e um colaborador, treinado pela Corregedoria, para dar suporte técnico de atendimento ao usuário que precisar acessar o sistema.

De acordo com o desembargador Froz Sobrinho, corregedor-geral da Justiça e coordenador do projeto, a prestação jurisdicional deve ser ofertada sem abismos, visando eliminar qualquer distância entre o cidadão e o Poder Judiciário. "É fundamental que o sistema seja acessível a todos de igual forma, do contrário não cumpriremos o princípio de Justiça universal e democrática previsto na nossa Constituição Federal", avalia.

Sala do projeto Justiça de Todos no município de Bacabeira, termo judiciário da Comarca de Rosário.

O Justiça de Todos também atende às orientações apresentadas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no último dia 22 de junho por meio da Recomendação n.º 130/2022. Nela, o CNJ recomenda aos tribunais a instalação de Pontos de Inclusão Digital (PID), para maximizar o acesso à Justiça e resguardar os excluídos digitais. "Considera-se como PID qualquer sala que permita, de forma adequada, a realização de atos processuais, principalmente depoimentos de partes, testemunhas e outros colaboradores da justiça, por sistema de videoconferência, bem como a realização de atendimento por meio do Balcão Virtual, instituído pela Resolução CNJ no 372/2021", frisa o documento.

A magistrada Tereza Nina, coordenadora de Planejamento Estratégico da CGJ, ressaltou o sucesso da iniciativa, que ainda tem o grande desafio de garantir ampliação do acesso à Justiça para a população dos 81 termos judiciários restantes. "Em um Estado com dimensões continentais como o Maranhão, cada sala instalada é a certeza de Justiça Social e Cidadania para a população daquele município", frisa.

Tereza Nina destaca que nos próximos dias a Corregedoria deve instalar mais 10 salas, nos termos de Caxias (São João do Sóter, Aldeias Altas); Buriticupu (Bom Jesus das Selvas); Porto Franco (Lajeado Novo, Campestre do Maranhão e São João do Paraíso); e Balsas (Nova Colinas, Fortaleza dos Nogueiras, São Pedro dos Crentes e Tasso Fragoso).

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

Maranhão é primeiro estado a aderir à iniciativa contra superlotação em presídios

14 de julho de 2022
Maranhão é primeiro estado a aderir à iniciativa contra superlotação em presídiosArte: TJMA
Compartilhe
O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o governo estadual, a Escola Superior de Magistratura do Maranhão e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) assinam, na próxima segunda-feira (18/7), cooperação técnica para a criação da primeira Central de Regulação de Vagas no Brasil. A cerimônia será na Sala das Sessões Plenárias do TJMA, que fica na Praça D. Pedro II s/n, no Centro de São Luís, a partir das 10h e será transmitida ao vivo pelo canal do TJMA no YouTube.

A metodologia da Central de Regulação de Vagas, desenvolvida desde 2019, parte de boas práticas nacionais e internacionais para que o Judiciário tenha mais elementos ao decidir casos que envolvem fluxos de pessoas encarceradas, reduzindo a superlotação de forma definitiva e equilibrando gastos públicos com o sistema prisional. A implantação da Central maranhense, alinhada às necessidades locais, está sendo debatida com o CNJ desde o final de 2020.

A ação se insere no contexto de iniciativas que vêm sendo empreendidas pelos poderes públicos locais para responder aos episódios ocorridos no Complexo de Pedrinhas que resultaram em determinações expedidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH). O CNJ trabalha a proposta da Central de Regulação de Vagas com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), por meio do programa Fazendo Justiça.

Socioeducativo

Ainda na segunda-feira (18), no período da tarde, será realizada a solenidade para implantação da metodologia de audiências concentradas e da Central de Vagas no sistema socioeducativo do Maranhão. A solenidade ocorre no Salão Nobre do TJMA, a partir das 16h, com representantes do CNJ, do TJMA e da secretaria estadual dos Direitos Humanos e Participação Popular.

As duas ferramentas difundidas pelo CNJ com apoio do Fazendo Justiça já estão em diversos estados e servem para superar desafios envolvendo adolescentes autores de atos infracionais. As audiências concentradas otimizam a participação dos poderes públicos e de pessoas próximas aos adolescentes no momento de avaliação do cumprimento da medida socioeducativa para entender se ela ainda é necessária ou se já cumpriu seu objetivo.

Serviço

Assinatura do Termo de Cooperação Técnica para Implantação da Central de Regulação de Vagas do Maranhão
Quando: segunda-feira (18/7), das 10h às 12h
Onde: Sala das Sessões Plenárias do TJMA – Praça D. Pedro II s/n – Centro – São Luís (MA)

Assinatura da Resolução para Implantação da Central de Vagas do Socioeducativo do Maranhão e das Audiências Concentradas
Quando: segunda-feira (18/7), das 16h às 17h
Onde: Salão Nobre do TJMA – Praça D. Pedro II s/n – Centro – São Luís (MA)

Fonte: TJMA

Assista ao lançamento da Central de Regulação de Vagas no canal do CNJ no YouTube

Prefeito de Imperatriz-MA representa PGJ Eduardo Nicolau no TJMA

Assis Ramos acusa Nicolau de abuso de poder e perseguição política
Foto de João Filho João Filho

Em representação protocolada na 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, que tem como titular a Desembargadora Nelma Sarney, o prefeito de Imperatriz, Assis Ramos, alega que, desde que o Procurador Geral de Justiça, Eduardo Nicolau, indicado pelo então governador Flávio Dino, assumiu a chefia do MPMA, as vésperas das eleições municipais de 2018, o mesmo passou a ter contra si um verdadeiro perseguidor político.

Segundo o chefe do executivo imperatrizense, desde então escândalos de uso do MPMA contra adversários políticos daqueles que não rezam na cartilha do grupo do ex-governador são rotineiros.

“Desde Ações de Improbidade contrárias à Súmula Vinculante do STF até Invasão em propriedade sem ordem judicial”, diz.

Também alega Assis Ramos que Eduardo Nicolau ofereceu denúncia penal contra ele sem que esta denúncia tenha sido antecedida de ordem do TJMA para que, como prefeito, fosse investigado sobre os fatos nela narrados.

Recentemente, segundo o prefeito, as perseguições se acirraram depois de sua decisão em apoiar o grupo político do senador Weverton Rocha na eleição que se aproxima.

Em um trecho da representação, Assis acusa Eduardo Nicolau de atuar de forma diferente em acusação de nepotismo quando se refere ao atual governador Carlos Brandão:

“Agora, em 2022, o Sr. Flávio Dino entregou o cargo de governador para disputar eleição para o senado e quem assumiu foi o Sr. Carlos Brandão, o qual há pouco reconduziu o representado ao cargo de chefe do Ministério Público do Estado do Maranhão e a quem o PGJ denomina como “amigo” em suas postagens em redes sociais. Um dos primeiros atos do agora governador foi nomear seu sobrinho para cargo político. Assim, o MPMA, com base na ação de improbidade movida contra o prefeito de Imperatriz por Nepotismo também deveria ingressar com a mesma ação contra o governador, ainda mais porque a Promotora, que é chefe do combate à corrupção do MPMA, é exatamente a mesma que ingressou com a ação contra o representante, porém o MPMA, comandado pelo representado, se posiciona e diz que não se trata de improbidade à luz da súmula vinculante nº 13 do STF o ato do chefe do executivo nomear parentes até 3º grau para cargos políticos. Ora, veja só, contra o prefeito adversário do grupo político de Flávio Dino, que escolheu o representado para chefe do MPMA, o fato de nomear parentes para cargos políticos é Improbidade, mas para o grupo do governador não é. Observe que a promotora que assinou a ação contra o prefeito foi promovida pelo representado ao cargo de chefe de combate à corrupção no Estado, assim o posicionamento da instituição deve ser imutável, porém, diante do grupo político que conduziu e depois reconduziu o Procurador Geral de Justiça do Estado ao cargo de chefe do MPMA e que queria a derrota de Assis Ramos nas urnas a decisão é outra, a de que o ato não é improbidade. Aí está a prova de que o representante tem sido perseguido pelo representado”, comentou.

Leia na íntegra a peça da representação que, segundo a defesa do prefeito, tem elementos de comprovação contra os atos do Procurador:

PS: O Portal G7 deixa o espaço aberto para que, caso queira, o procurador geral de Justiça se pronuncie sobre o assunto.

Por Gláucio Ericeira

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - INSTITUCIONAL
15/07/2022 - SITE JORNAL PEQUENO
POSITIVA
TJMA destina 5% das vagas terceirizadas para mulheres vítimas de violência

TJMA destina 5% das vagas terceirizadas para mulheres vítimas de violência

Em caso de descumprimento, fica instituída a aplicação de sanção administrativa e multa diária de 0,2% do valor do contrato.

O ato considera o que está disposto na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 (Foto: Divulgação)

Contratos firmados entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e empresas terceirizadas prestadoras de serviço com fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva e de execução de obras de engenharia devem destinar 5% das vagas para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. A determinação foi disciplinada no Ato da Presidência nº. 482022, assinado na última quarta-feira (13).

O ato considera o que está disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que determina que nos editais com objeto de licitações, um percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica.

Segundo o documento, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher/TJMA) ficará responsável pela triagem e indicação das mulheres às vagas ofertadas, em consonância com os critérios apontados pelas empresas contratantes.

De acordo com o normativo, em caso de descumprimento, fica instituída a aplicação de sanção administrativa e multa diária de 0,2% do valor do contrato, em período não superior a 10 dias. Em não havendo adequação no prazo de 60 dias, a administração providenciará a rescisão contratual, com a aplicação de multa por inexecução total do contrato, sem prejuízo da aplicação de demais sanções previstas no contrato.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
15/07/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Comitê de Diversidade do TJMA realiza itinerância na comarca de Bacabal

Comitê de Diversidade do TJMA realiza itinerância na comarca de Bacabal

Com base nos eixos de combate ao racismo, sexismo, lgbtfobia, capacitismo, etarismo e gordofobia, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Comitê de Diversidade, apresentou as ações antidiscriminatórias, realizadas pelo órgão, aos servidores e servidoras da comarca de Bacabal, neste mês de julho.

A apresentação sobre a atuação do Comitê, conduzida pelos coordenadores, juiz Marco Adriano Ramos Fonsêca, e juíza Elaile Silva Carvalho, tem como objetivo fortalecer a política de Diversidade do judiciário maranhense.

SENAC

Acompanhados da servidora Joseane Cantanhede, o magistrado e a magistrada também se reuniram com a equipe da gerência local do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Maranhão (Senac-MA). A instituição abriu vagas gratuitas em seus cursos para a população LGBTQIA+ em todas as unidades do Maranhão, com a oferta gratuita de duas vagas por curso.

A gerente do Senac de Bacabal, Rosivan Dias, repassou as informações sobre as demandas locais, juntamente com sua equipe. Por meio do Termo de Cooperação Técnica firmado entre TJMA e Senac-MA, em abril deste ano, mais de 40 pessoas LGBTQIA+ já concluíram formação profissional, por meio das unidades de São Luís e do interior.

De acordo com os coordenadores do Comitê, Elaile Carvalho e Marco Adriano, a agenda itinerante é uma forma de fortalecer as ações afirmativas promovidas pelo TJMA, para garantir o direito das minorias.

O Instituto Da Cor ao Caso, parceiro do Comitê, que trabalha o letramento racial a partir da iniciativa de criar impactos positivos em organizações públicas e privadas, também participou da itinerância.

O post Comitê de Diversidade do TJMA realiza itinerância na comarca de Bacabal apareceu primeiro em O Maranhense.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CNJ
15/07/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Corregedoria amplia acesso à Justiça e efetiva recomendação do CNJ

Corregedoria amplia acesso à Justiça e efetiva recomendação do CNJ

14/07/2022 23:00:00

À distância, pelo simples clique do mouse, é possível acessar, acompanhar o processo e participar de audiências realizadas pelo Poder Judiciário do Maranhão. O projeto "Justiça de Todos", implementado pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ/MA), avança com a instalação de salas de videoconferência em cidades que não são sede de comarcas e não possuíam infraestrutura para que o cidadão e cidadã acessassem o Judiciário.

A iniciativa, lançada no último dia 10 de maio, instalou as primeiras salas nos termos judiciários de Davinópolis e Governador Edison Lobão, pertencentes à Comarca de Imperatriz, a segunda maior do Estado. Em 90 dias, o Justiça de Todos da Corregedoria do Maranhão já alcançou 5 cidades num total de 82 mil pessoas, que antes necessitavam se deslocar por longas distâncias por meio rodoviário e/ou aquaviário, para ter acesso à Justiça.

Agora, com o advento do projeto, o jurisdicionado tem a garantia de participação em audiências por videoconferência diretamente do local que reside, evitando possíveis remarcações, possibilitando que os atos processuais sejam realizados de forma a reduzir tempo de duração do processo. A plataforma pode ser utilizada por todos os órgãos que integram o Sistema de Justiça: Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil e Defensoria Pública Estadual.

Para instalação das salas, que também garantem atendimento do Balcão Virtual do Poder Judiciário do Maranhão, é firmada uma parceria por meio de cooperação técnica com o Poder Executivo dos municípios, que cedem o espaço físico, internet e um colaborador, treinado pela Corregedoria, para dar suporte técnico de atendimento ao usuário que precisar acessar o sistema.

De acordo com o desembargador Froz Sobrinho, corregedor-geral da Justiça e coordenador do projeto, a prestação jurisdicional deve ser ofertada sem abismos, visando eliminar qualquer distância entre o cidadão e o Poder Judiciário. "É fundamental que o sistema seja acessível a todos de igual forma, do contrário não cumpriremos o princípio de Justiça universal e democrática previsto na nossa Constituição Federal", avalia.

Corregedor Froz Sobrinho realiza atendimento durante instalação da sala de videoconferência em Gov. Edison Lobão.

O Justiça de Todos também atende às orientações apresentadas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no último dia 22 de junho por meio da Recomendação n.º 130/2022. Nela, o CNJ recomenda aos tribunais a instalação de Pontos de Inclusão Digital (PID), para maximizar o acesso à Justiça e resguardar os excluídos digitais. "Considera-se como PID qualquer sala que permita, de forma adequada, a realização de atos processuais, principalmente depoimentos de partes, testemunhas e outros colaboradores da justiça, por sistema de videoconferência, bem como a realização de atendimento por meio do Balcão Virtual, instituído pela Resolução CNJ no 372/2021", frisa o documento.

A magistrada Tereza Nina, coordenadora de Planejamento Estratégico da CGJ, ressaltou o sucesso da iniciativa, que ainda tem o grande desafio de garantir ampliação do acesso à Justiça para a população dos 81 termos judiciários restantes. "Em um Estado com dimensões continentais como o Maranhão, cada sala instalada é a certeza de Justiça Social e Cidadania para a população daquele município", frisa.

Tereza Nina destaca que nos próximos dias a Corregedoria deve instalar mais 10 salas, nos termos de Caxias (São João do Sóter, Aldeias Altas); Buriticupu (Bom Jesus das Selvas); Porto Franco (Lajeado Novo, Campestre do Maranhão e São João do Paraíso); e Balsas (Nova Colinas, Fortaleza dos Nogueiras, São Pedro dos Crentes e Tasso Fragoso).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - INSTITUCIONAL
15/07/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
TJMA destina 5% das vagas terceirizadas para mulheres vítimas de violência

TJMA destina 5% das vagas terceirizadas para mulheres vítimas de violência

15/07/2022 01:01:00

Contratos firmados entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e empresas terceirizadas prestadoras de serviço com fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva e de execução de obras de engenharia devem destinar **5% das vagas para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar**. A determinação foi disciplinada no Ato da Presidência nº. 482022, assinado nessa quarta-feira (13/7).

Com a exigência, o TJMA visa oferecer condições necessárias para reintegrar à sociedade as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. O ato considera o que está disposto na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, que determina que nos editais com objeto de licitações, um percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica.

Segundo o documento, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher/TJMA) ficará responsável pela triagem e indicação das mulheres às vagas ofertadas, em consonância com os critérios apontados pelas empresas contratantes.

De acordo com o normativo, em caso de descumprimento, fica instituída a aplicação de sanção administrativa e multa diária de 0,2% do valor do contrato, em período não superior a 10 (dez) dias. Em não havendo adequação no prazo de 60 dias, a administração providenciará a rescisão contratual, com a aplicação de multa por inexecução total do contrato, sem prejuízo da aplicação de demais sanções previstas no contrato.

Na hipótese de indisponibilidade de mão de obra qualificada para as atividades laborais requeridas pela empresa terceirizada, a Cemulher certificará a impossibilidade de cumprimento do normativo, no que diz respeito à contratação dessas mulheres.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA
15/07/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Colégio de Procuradores empossa Danilo de Castro no cargo de procurador de justiça

Colégio de Procuradores empossa Danilo de Castro no cargo de procurador de justiça

15/07/2022 18:00:00

Em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça, realizada nesta sexta-feira, 15, Danilo José de Castro Ferreira foi empossado no cargo de procurador de justiça do Ministério Público do Maranhão. Membros e servidores da instituição, além de familiares e convidados do empossado, participaram da solenidade, que ocorreu de forma presencial e virtual, por meio do canal da instituição no Youtube.

O mais novo integrante do colegiado foi promovido pelo Conselho Superior do MPMA, na sessão do dia 4 de julho, pelo critério de merecimento, para ocupar a vaga aberta com a aposentadoria da procuradora de justiça Maria dos Remédios Figueiredo Serra. Até então ele atuava como titular da 5ª Promotoria de Justiça Especializada de Probidade Administrativa de São Luís.

Logo após a promoção, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, nomeou Danilo de Castro para o cargo de subprocurador-geral de justiça para Assuntos Jurídicos.

Na solenidade, a leitura do termo de posse foi feita pela procuradora de justiça Flávia Tereza de Viveiros Vieira, secretária do Colégio de Procuradores de Justiça.

Na sequência dos atos protocolares, após a assinatura do termo de posse, Eduardo Nicolau entregou a Danilo de Castro a medalha Celso Magalhães, que é a maior comenda do Ministério Público do Maranhão.

Presidida pelo procurador-geral de justiça, a mesa solene dos trabalhos foi composta, ainda, pela corregedora-geral do MPMA, Themis Pacheco de Carvalho, pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Vélten, e pelo procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia Rocha, que representou o governador Carlos Brandão.

SAUDAÇÕES

Durante a sessão o presidente da Associação do Ministério Público do Maranhão, Gilberto Câmara França Júnior, saudou o procurador de justiça empossado e ressaltou a sua trajetória em 30 anos de atuação no MPMA. "É esse arcabouço de experiência que dr. Danilo traz para a segunda instância do Ministério Público, tanto é assim que já mereceu a nomeação para o cargo de subprocurador-geral para Assuntos Jurídicos pelo procurador-geral. É uma demonstração não só da confiança na capacidade técnica do empossado, mas também na lealdade à causa do Ministério Público", destacou.

Ao iniciar seu pronunciamento, Danilo de Castro fez questão de agradecer a Deus, à família, a membros e

servidores do Ministério Público do Maranhão que lhe auxiliaram no desenvolvimento da carreira. "Este momento é fruto de trabalho, esforço, graças ao meu Deus, à minha família. Estou com a mesma disposição de quando eu comecei como promotor de justiça. Vou continuar sendo um soldado do Ministério Público", proferiu.

O novo procurador de justiça enfatizou que a defesa da sociedade deve continuar sendo a prioridade na atuação do Ministério Público. "É a sociedade que deve ser o alvo do nosso trabalho. Como diz o dr. Nicolau, temos que priorizar os mais pobres, os mais humildes, que estão nos rincões e enxergam no Ministério Público e seus membros aqueles a quem recorrer e em quem confiar", assegurou.

Fechando os pronunciamentos, o procurador-geral de justiça elogiou a trajetória de Danilo de Castro. "Falar de Vossa Excelência é muito fácil, porque o senhor tem um grande atributo: a honra. E sempre contribuiu para o engrandecimento de nossa instituição e ainda tem muito a contribuir", declarou.

Eduardo Nicolau aproveitou o momento para defender o fortalecimento do Ministério Público para a defesa da democracia. "A democracia só será forte se tivermos um Ministério Público atuante, destemido e coeso. Nós temos que cumprir a Constituição e fazer com que o dinheiro público seja aplicado no lugar certo. Não podemos ficar acovardados e ficar de joelhos enquanto a corrupção toma conta do país", reforçou.

CARREIRA MINISTERIAL

Com exatos 30 anos de atuação no Ministério Público do Maranhão, Danilo José de Castro Ferreira iniciou sua trajetória como promotor de justiça pela comarca de Passagem Franca, em março de 1992, até ser titularizado em abril desse mesmo ano na Promotoria de São João Batista. Passou também pelas comarcas de Paraibano e São Bento. Em 1993, foi promovido para a comarca de Lago da Pedra, de 2ª entrância. Também atuou na comarca de Viana, até ser promovido para a Promotoria de Codó, em 1994. Lá permaneceu até fevereiro de 1997, quando foi promovido para a Comarca de São Luís.

Na capital, o procurador de justiça empossado atuou, entre outras, nas Promotorias de Justiça de Execução Penal, de Combate à Violência Doméstica contra a Mulher, na 5ª e 21ª Promotorias Cíveis e na 5ª Promotoria de Justiça Especializada de Probidade Administrativa, onde atuava até a sua promoção para procurador de justiça.

Na segunda instância, Danilo de Castro vai exercer suas funções na 22ª Procuradoria de Justiça Cível, com atuação junto à 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O post Colégio de Procuradores empossa Danilo de Castro no cargo de procurador de justiça apareceu primeiro em O Maranhense.

Maranhão é primeiro a aderir a iniciativa nacional contra superlotação em presídios nessa segunda, 18

15/07/2022 02:02:00

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o Poder Executivo do Maranhão e a Escola Superior de Magistratura do Maranhão (ESMAM) assinam nessa segunda-feira (18) Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a criação da primeira Central de Regulação de Vagas no Brasil. A cerimônia será realizada na Sala das Sessões Plenárias do TJMA (Praça D. Pedro II, s/n - Centro - São Luís/MA) a partir das 10h e será transmitida ao vivo pelo canal do TJMA no Youtube.

A metodologia da Central de Regulação de Vagas, desenvolvida desde 2019, parte de boas práticas nacionais e internacionais para que o Judiciário tenha mais elementos ao decidir casos que envolvem fluxos de pessoas encarceradas, reduzindo a superlotação de forma definitiva e equilibrando gastos públicos com o sistema prisional. A assinatura do termo dará seguimento a diálogos em andamento com o CNJ desde o final de 2020 para que a implantação da Central maranhense esteja alinhada às necessidades locais.

A ação se insere no contexto de iniciativas que vêm sendo empreendidas pelos poderes públicos locais para responder aos episódios ocorridos no Complexo de Pedrinhas que resultaram em determinações expedidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. O CNJ trabalha a proposta da Central de Regulação de Vagas com os atores locais com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio do programa Fazendo Justiça.

Ainda na segunda-feira (18), no período da tarde, o tema da ocupação de vagas volta a ser tratado na solenidade para implantação da Central de Vagas no Socioeducativo do Maranhão, assim como da metodologia das Audiências Concentradas. A solenidade ocorre no Salão Nobre do TJMA, a partir das 16h, com representantes do CNJ, do TJMA e do Executivo local por meio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular.

As duas ferramentas difundidas pelo CNJ com apoio do Fazendo Justiça já estão em diversas unidades da federação para superar desafios envolvendo adolescentes autores de atos infracionais.

A primeira evita ocupação excessiva das unidades de internação, dando cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal no HC coletivo 143988. Já as audiências concentradas otimizam a participação dos poderes públicos e de pessoas próximas aos adolescentes no momento de avaliação do cumprimento da medida socioeducativa para entender se ela ainda é necessária ou se já cumpriu seu objetivo.

Judiciário e parceiros discutem programa pós-medida para adolescentes

14/07/2022 23:59:00

Nessa segunda-feira (12), representantes do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reuniram-se com representantes de instituições ligadas ao sistema de medidas socioeducativas, com o objetivo de promover discussão entre os diversos atores a respeito da implantação de um programa para acompanhamento de adolescentes após o cumprimento de medidas socioeducativas por atos infracionais, por meio da inserção escolar, formação profissional e acompanhamento familiar. A reunião aconteceu na véspera da comemoração dos 32 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A reunião híbrida foi coordenada pelo juiz titular da 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís e coordenador do sistema socioeducativo da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do sistema carcerário (UMF/TJMA), José dos Santos Costa, com a participação do desembargador Ronaldo Maciel, coordenador-geral da UMF; da secretária de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP); do juiz da Vara da Infância e Juventude de Imperatriz, Delvan Tavares; da coordenadora local do Programa Fazendo Justiça (CNJ), Cláudia Gouveia; do defensor Público da Infância e Juventude de São Luís, Murilo Guazelli; da defensora Pública do Estado do Ceará e assessora do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), Liana Lisboa; da coordenadora do Programa de Oportunidades e Cidadania da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo do Ceará, Larissa Camerino; das representantes do Eixo 2 do programa Fazendo Justiça (CNJ), Dillayne de Sousa Ribeiro e Eduarda Lorena de Almeida, e outros(as) representantes de órgãos parceiros.

O juiz José dos Santos Costa ressaltou o momento importante para o sistema socioeducativo, que pela primeira vez passou a ter um setor específico na estrutura da UMF, frisando a importância do encontro para discutir o acompanhamento dos jovens após o cumprimento de medidas. "Como todo país, temos desafios e a articulação é importante para buscar a uniformização a nível nacional dos avanços e conquistas, que é fundamental para o cumprimento do ECA", observou.

"É de fundamental importância o acompanhamento dos adolescentes e jovens que passam pelo sistema socioeducativo após as medidas, o que ajuda a evitar a reincidência e que os jovens retornem para a mesma realidade", pontuou o desembargador Ronaldo Maciel.

A representante do Eixo 2 do programa Fazendo Justiça/CNJ Eduarda Lorena de Almeida fez uma apresentação sobre os objetivos e diretrizes da política e metodologia do programa de pós-medida no âmbito do Poder Judiciário, que busca ofertar aos adolescentes e jovens, por meio de adesão voluntária, novas oportunidades para construção de uma juventude livre e buscar a redução de vulnerabilidades, voltado aos adolescentes de 12 a 21 anos que cumprem medidas de privação de liberdade. "O objetivo é implantar uma política pública que consiga ofertar apoio para que os jovens possam reconstruir sua trajetória de vida e serem reinseridos socialmente nas comunidades", ressaltou.

A coordenadora do Programa de Oportunidades e Cidadania da Superintendência do Sistema Estadual de

Atendimento Socioeducativo do Ceará, Larissa Camerino fez uma apresentação sobre a experiência do estado do Ceará na execução do Programa de Acompanhamento ao Adolescente Pós-Cumprimento de Medida Socioeducativa, já implantado naquele Estado.

A reunião resultou em encaminhamentos, como a proposta de elaboração de um Termo de Cooperação Técnica envolvendo o Tribunal de Justiça, Estado do Maranhão e Conselho Nacional de Justiça; a indicação de representantes para integrar a Comissão do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, conforme Decreto Estadual nº 36.751/2021; e a articulação de um grupo de trabalho ou comitê interinstitucional para elaboração do projeto do Programa de Pós-Medida para o Maranhão.

A reunião também contou com a participação da defensora pública da Infância e Juventude de Imperatriz, Jéssica Oliveira; da chefe da Divisão Estrutural Técnica da UMF, Ana Letícia Lima; do vice-presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Claudinei Rodrigues; da superintendente da Proteção Especial de Média Complexidade - SEMCAS, Nubervane Moreira; dos representantes do Conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente de São Luís, Marlo Silva e Keila Carvalho; da representante do Conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente de Timon, Marilene Soares; e das representantes da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC), Tatiana Wolff, Leila Menezes e Lúcia Diniz.